CPRT
COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR
TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 6 – Número 0347 – 18/03 à 22/03/2024

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos do TST*

Destaque da Semana

Igualdade salarial: Justiça suspende obrigatoriedade de empresas divulgarem relatório

Correio Braziliense - 22/03/2024

A Justiça Federal de Minas Gerais atendeu ao pedido da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e concedeu, nesta quarta-feira (22/3), uma liminar desobrigando as empresas a divulgarem o relatório semestral de transparência e igualdade salarial, conforme o previsto na Lei 14.611/2023.

O documento passou a ser exigido para empresas que tenham 100 ou mais funcionários com carteira assinada, quando a lei que estabelece igualdade salarial entre homens e mulheres foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em julho do ano passado, uma das promessas de campanha do atual chefe do Executivo. O prazo terminou no último dia 8 e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) vinha coletando as informações para divulgar um ranking das empresas que estavam mais de acordo com a nova regra.

O desembargador federal Lincoln Rodrigues de Faria da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 6ª Região deferiu a liminar determinando a suspensão da obrigatoriedade de entrega do relatório de transparência e igualdade salarial, que deveria começar a ser divulgado a cada semestre a partir deste ano.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

STF define que segurado não pode escolher cálculo mais benéfico para benefício da Previdência

Supremo Tribunal Federal - 21/03/2024

Por maioria, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que a regra de transição do fator previdenciário, utilizada para o cálculo do benefício dos segurados filiados antes da Lei 9.876/1999, é de aplicação obrigatória. Prevaleceu o entendimento de que, como a Constituição Federal veda a aplicação de critérios diferenciados para a concessão de benefícios, não é possível que o segurado escolha uma forma de cálculo que lhe seja mais benéfica.

Encontro no TST abre caminho para cooperação permanente entre países da CPLP sobre mundo do trabalho

Tribunal Superior do Trabalho - 22/03/2024

Durante uma semana, palestrantes de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Portugal, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Brasil compartilharam experiências de seus países sobre trabalho infantil, forçado e decente, além de falar sobre os desafios atuais do trabalho em plataformas. Na cerimônia de encerramento do "Diálogo entre países de língua portuguesa sobre Justiça do Trabalho", o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Lelio Bentes Corrêa, destacou a riqueza das informações trocadas entre os juristas e o possível impacto desse intercâmbio na criação de novas políticas públicas.

Construtora é responsabilizada de forma solidária por acidente com grua em canteiro de obra

Tribunal Superior do Trabalho - 22/03/2024

Uma Construtora de Criciúma-SC, foi condenada a pagar R$ 200 mil por danos morais coletivos por descumprir norma de segurança no trabalho. Em outubro de 2013, o cabo de uma grua se rompeu, causando a queda de duas toneladas de aço no canteiro de obra que administrava. Ninguém morreu, mas a Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho entendeu que houve ameaça ao ambiente de trabalho, cuja segurança é responsabilidade da empregadora.

Acordo que reduziu salários apenas de mensalistas é válido

Tribunal Superior do Trabalho - 22/03/2024

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso da Souza Cruz S.A. contra a anulação de cláusula de norma coletiva que previa a redução de salário apenas dos empregados mensalistas. Com isso, fica mantida decisão da Sétima Turma, que, em julgamento anterior, considerou que houve renúncia do direito à irredutibilidade salarial sem contrapartida relevante.

Mantido reconhecimento de grupo econômico por coordenação em contrato iniciado antes da Reforma Trabalhista

Tribunal Superior do Trabalho - 22/03/2024

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a condenação de duas empresas ligadas à Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura (Asoec), de Juiz de Fora (MG), a arcarem de forma solidária com dívidas trabalhistas de um professor. Por maioria, o colegiado aplicou ao caso as alterações trazidas pela Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) quanto à possibilidade de reconhecimento de grupo econômico por coordenação, e não apenas por subordinação, num contrato iniciado antes e encerrado depois da vigência da norma.

Sem curso de vigilante, segurança de igreja não recebe adicional de periculosidade

Tribunal Superior do Trabalho - 21/03/2024

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou examinar recurso de um agente de segurança da Igreja Universal do Reino de Deus de Curitiba (PR) contra

decisão que negou o direito ao adicional de periculosidade, por não preencher os requisitos legais. O colegiado aplicou ao caso a jurisprudência do TST referente à atividade de vigia, que não está exposto à situação de risco acentuado.

TST valida acordo que reduziu intervalo de descanso para 30 minutos

Tribunal Superior do Trabalho - 21/03/2024

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho confirmou a validade de norma coletiva que reduzia para 30 minutos o intervalo intrajornada dos empregados da Incoflandres Indústria e Comércio de Flandres Ltda., de Volta Redonda (RJ). Para o colegiado, trata-se de direito disponível, que pode ser reduzido ou suprimido por meio de negociação coletiva, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema.

Viação é condenada por não fornecer condições de trabalho para motorista e cobradores

Tribunal Superior do Trabalho - 20/03/2024

Por maioria, a Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento ao recurso da Viação Torres Ltda., de Belo Horizonte (MG), contra a condenação ao pagamento de indenização por dano moral coletivo de R$ 200 mil. Segundo o colegiado, a empresa de transporte coletivo deixou de observar a norma que trata das condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.

TST vai discutir direito de oposição à cobrança de contribuição negocial

Tribunal Superior do Trabalho - 19/03/2024

O Tribunal Superior do Trabalho decidiu, nesta segunda-feira (18), que vai definir o modo, o momento e o lugar apropriado para o empregado não sindicalizado exercer seu direito de oposição ao pagamento da contribuição assistencial. Por maioria, o Pleno acolheu a proposta de instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas, instrumento que assegura entendimento uniforme sobre a mesma questão de direito.

Metalúrgica pagará horas extras por turno de revezamento acima de seis horas

Tribunal Superior do Trabalho - 19/03/2024

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou agravo da Arcelormittal Brasil S.A. contra sua condenação ao pagamento de horas extras além da sexta hora diária a um auxiliar de operação que fazia turnos ininterruptos de revezamento com jornada de 12 horas durante quatro dias consecutivos. A decisão que a empresa pretendia reformar considerou nula a cláusula coletiva que ampliava a jornada dos turnos para além de oito horas.

Empregado deixa de juntar procuração dentro do prazo e perde ação

Tribunal Superior do Trabalho - 19/03/2024

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um motorista da Fundação Casa, em Ribeirão Preto (SP), contra decisão que extinguiu sua ação trabalhista por falta de procuração de seu representante processual. Para o empregado, pesou mais a burocracia do que a prova nos autos. Para o colegiado, a decisão foi irrepreensível.

Fabricante de chocolates reverte reintegração de funcionário antes de perícia

Tribunal Superior do Trabalho - 18/03/2024

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho cassou a determinação de reintegração no emprego de um empregado da Chocolates Garoto S.A. Como o processo ainda está na fase inicial, o colegiado concluiu que as provas, incluindo a concessão de auxílio-doença comum pelo INSS, não eram suficientes para respaldar a ordem.

Lesão de montador em jogo patrocinado pela empresa não é acidente de trabalho

Tribunal Superior do Trabalho - 18/03/2024

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho isentou a AGCO do Brasil Soluções Agrícolas Ltda., de Canoas (RS), de responsabilidade pela lesão sofrida por um empregado durante um jogo de futebol de campeonato promovido pelo Serviço Social da Indústria (Sesi). Para o colegiado, a lesão não se enquadra como acidente de trabalho, pois o torneio não fazia parte das atividades da empresa nem das atribuições do montador.

Notícias do Executivo

Governo Federal apresenta 1º Relatório Nacional de Transparência Salarial na próxima segunda-feira (25)

Ministério do Trabalho e Emprego - 22/03/2024

Na próxima segunda-feira (25), o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério das Mulheres irão apresentar o Primeiro Relatório Nacional de Transparência Salarial. O evento acontece em Brasília, com transmissão ao vivo pelos canais do Youtube de ambas as pastas. O relatório irá apresentar um balanço completo dos dados nacionais e por Unidade da Federação, a partir das informações enviadas pelas empresas ao MTE sobre igualdade salarial e critérios remuneratórios entre mulheres e homens que exercem trabalho de igual valor ou atuam na mesma função, conforme determina a Lei de Igualdade Salarial.

Câmara Tripartite de Terceirização do Trabalho propõe reformulação da legislação de contratação terceirizada no RS

Ministério do Trabalho e Emprego - 22/03/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) no Rio Grande do Sul, coordenou nesta quinta-feira, 21, a Câmara Temática de Terceirização do Trabalho (CTT), que aprovou propostas de alterações legais para aprimorar as práticas de contratação terceirizada. Os representantes patronais do setor privado e de sindicatos e federações de trabalhadores que compõem a CTT divulgaram um documento consensual com sugestões de mudanças na legislação trabalhista para frear os abusos nas terceirizações. O ministro Luiz Marinho elogiou o documento consensual. “É um avanço a construção deste acordo que levará à proteção aos direitos dos trabalhadores, combate à concorrência desleal e melhora o

ambiente de trabalho", ressaltou Marinho.

Representantes da CBIC são recebidos por Marinho

Ministerio do Trabalho e Emprego - 21/03/2024

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, recebeu nesta quarta-feira (20), representantes da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) para debater demandas do setor em seu gabinete, em Brasília. O presidente da CBIC, Renato de Sousa Correia, abordou temas como o financiamento para novas unidades habitacionais, a informalidade no setor e a qualificação profissional de jovens na área da construção civil. Marinho acolheu as demandas e disse que muitas já estão em debate dentro do governo.

Aprendizagem é instrumento de inclusão social e profissional de jovens migrantes no Distrito Federal

Ministerio do Trabalho e Emprego - 21/03/2024

Cheios de sonhos e metas para o futuro, 17 jovens migrantes, que formam uma turma do Programa de Aprendizagem Profissional Inclusiva (API), relataram as suas experiências de qualificação e adaptação no Brasil, na última quinta-feira (18), no espaço Sesi Lab, em Brasília. A roda de conversa foi organizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para apresentar os bons resultados do API para a diretora-geral adjunta de Relações Externas e Corporativas da OIT, Laura Thompson, e para autoridades parceiras do Programa. Pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), participou o diretor do departamento de Políticas de Trabalho para a Juventude, João Victor da Motta Baptista.

Ministro Marinho recebe a diretora da OIT Laura Thompson

Ministerio do Trabalho e Emprego - 20/03/2024

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, recebeu nesta terça-feira (19), em visita institucional, a diretora-geral adjunta de Relações Corporativas, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Laura Thompson, e o diretor do Escritório da OIT no Brasil, Vinicius Pinheiro. Thompson falou sobre os preparativos para a realização da Coalizão Global para a Justiça Social, na próxima Conferência em Genebra, na Su-

íça, na primeira quinzena de junho deste ano. O Fórum inaugural da Coalizão será voltado para o debate sobre iniciativas bem-sucedidas em cada país na promoção da justiça social e para possíveis anúncios de iniciativas de governos, individualmente ou em conjunto com outros países.

MTE inaugura a primeira Casa do Trabalhador em Recife

Ministerio do Trabalho e Emprego - 20/03/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) inaugurou ontem (18), em Recife, Pernambuco, o novo modelo de agência do Sistema Nacional de Emprego (Sine), que passa a se chamar Casa do Trabalhador. No mesmo endereço, rua da Aurora, 425, também foi inaugurada a Casa da Trabalhadora e o Centro de Qualificação da Mulher.

Dimensionamento da Cipa precisa ser revisto

Fundacentro - 22/03/2024

Representantes do Governo, dos Trabalhadores e da Universidade se reuniram na Fundacentro para debater a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa) em 15 de março. As discussões buscaram mostrar como é possível avançar na democratização das Cipas nos locais de trabalho. A revisão do dimensionamento das Comissões foi um dos pontos levantados.

Normas Regulamentadoras será tema do curso de SST

Fundacentro - 22/03/2024

A partir da próxima segunda-feira, 25 de março, a Fundacentro abre inscrições para a Temática 3 – Normas Regulamentadoras: Prevenção, Proteção e Desafios do Curso Básico de Saúde e Segurança no Trabalho. A inscrição presencial inicia a partir das 10h e vai até o dia 1º de abril. Já o formato on-line, pela plataforma Moodle, inicia também no dia 25 e vai até encerrarem as vagas.

Notícias do e-Social

Mudança na data de vencimento do DAE

eSocial - 19/03/2024

A partir da competência março/2024, o recolhimento dos tributos e FGTS por meio do DAE passa a ter vencimento até o dia 20 do mês subsequente. A competência março/2024 terá o vencimento em 19/04/2024, pois dia 20 é sábado. Além disso, a partir de abril/2024, a abertura da folha da competência seguinte, para envio de eventos de remuneração, passará a ser no dia 21 do mês.

RADAR
TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

MPT lança manual sobre impactos da nanotecnologia no trabalho

Ministério Público do Trabalho - 20/03/2024

O Ministério Público do Trabalho (MPT) divulgou nesta quarta-feira (20.3) um manual de atuação sobre os impactos da nanotecnologia na área trabalhista com foco no meio ambiente do trabalho. A publicação é resultado de estudos de um grupo de trabalho (GT) dedicado ao tema e reúne artigos assinados por integrantes desse GT e por especialistas de organizações que atuam nessa área. A nanotecnologia é uma ciência ligada à construção de materiais em escala nanométrica, ou seja, um milhão de vezes menor que um milímetro. Clique aqui para acessar a publicação.

Fórum de Promoção da Liberdade Sindical da 15ª Região realiza encontro em Presidente Prudente (SP)

Ministério Público do Trabalho - 19/03/2024

O Fórum de Promoção da Liberdade Sindical da 15ª Região realizou nessa segunda-feira (18/03) a primeira reunião plenária fora da cidade de Campinas, como forma de levar os debates acerca da atuação sindical para outras localidades do interior de São Paulo. O encontro aconteceu no auditório da OAB, em Presidente Prudente (SP). A reunião foi presidida pela procuradora e gerente nacional do projeto "Liberdade Sindical sob a ótica dos atos antissindicais", Lia Magnoler Guedes de Azevedo Rodriguez, que também palestrou sobre o custeio da atividade sindical e a sua relação com a atuação da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (CONALIS), do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

No Acre, Auditores do Trabalho interditam andaimes durante fiscalização de uma obra de escola modelo na capital

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 21/03/2024

Nesta terça-feira, 19 de março, como parte da Ação de Proteção ao Trabalhador, uma equipe de Auditores-Fiscais do Trabalho, interditou todos os andaimes de uma obra de construção de escola modelo do SESI na capital Rio Branco. Na ocasião, a equipe, após entrevistar os trabalhadores e inspecionar os ambientes de trabalho, verificou que todos os andaimes da obra estavam em situação irregular.

Auditores-fiscais do Trabalho interditam equipamentos e embargam parcialmente obras em Operação Trabalho Seguro na Construção Civil na capital maranhense

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 20/03/2024

Auditores-Fiscais da Superintendência Regional do Trabalho do Maranhão deram início nesta terça-feira (19) à operação Trabalho Seguro na Construção Civil em canteiros de obras de São Luís. O primeiro dia da ação alcançou 340 empregados e 16 empresas e resultou em uma obra parcialmente embargada e três interdições, além da identificação de cinco empregados trabalhando sem o respectivo vínculo de emprego formalizado.

RJ: Auditores realizam operativos em portos e no setor de construção civil

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 18/03/2024

No estado do Rio de Janeiro, Auditores-Fiscais do Trabalho realizam, desde a última

semana, a operação Porto Seguro em diversos municípios, a fim de verificar as condições de Segurança e Saúde ocupacionais e a regularidade das relações trabalhistas nos portos. A fiscalização do trabalho também atuou no setor de construção civil.

Outras Notícias

Mudança unilateral benéfica de escala não gera falta grave de empregador

Consultor Jurídico - 24/03/2024

A 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) confirmou sentença que negou pedido de rescisão indireta a empregada que atuava na limpeza de hospital. A mulher alegou ser ilícita alteração unilateral feita na escala de trabalho, indicando ter sofrido perda financeira porque a mudança inviabilizou contrato mantido com outro empregador.

Justiça do Trabalho aumenta arrecadação por meio de execução em 2023

Consultor Jurídico - 24/03/2024

Com o fechamento do ano de 2023 e a conclusão dos procedimentos para consolidação dos dados que refletem a atividade judiciária da Justiça do Trabalho, tornou-se possível fazer algumas apurações e avaliações. Houve aumento no volume de acordos, sendo solucionados em 2023 52.022 processos a mais do que em 2022, o que corresponde a 7,8% de aumento.

Juíza reduz jornada de funcionária que tem filha com síndrome de Down

Consultor Jurídico - 23/03/2024

Uma auxiliar de enfermagem da Universidade de São Paulo obteve concessão de tutela antecipada para trabalhar em horário especial. De acordo com decisão proferida na 12ª Vara do Trabalho de São Paulo, a redução em 50% da jornada sem compensação ou redução remuneratória se deu para que a mulher prestasse assistência à filha que tem síndrome de Down.

O controle de ponto por exceção é válido?

Consultor Jurídico - 23/03/2024

Variação à regra geral de registro obrigatório de jornada, o controle de ponto por exceção permite que o empregador realize apenas o registro de faltas, atrasos, saídas antecipadas, entradas tardias ou inconsistências no gozo dos intervalos, dispensando o registro quando o empregado trabalhar dentro da jornada regular.

Banco deve indenizar por se recusar a usar nome social de empregado trans

Consultor Juridico - 23/03/2024

A conduta de não observar o nome social informado pelo empregado ofende a dignidade e os direitos da personalidade. Com esse entendimento, a juíza Camila Costa Koerich, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, decidiu que um banco digital deve pagar indenização a um ex-funcionário por se recusar a usar seu nome social.

Alexandre valida pejotização e anula autuação de R$ 25 milhões da Receita

Consultor Jurídico - 22/03/2024

O Supremo Tribunal Federal tem posição reiterada pela constitucionalidade de formas alternativas da relação de emprego, para além do regime da CLT. Isso legitima a escolha pela organização das atividades de uma empresa por meio da contratação de pessoas jurídicas prestadoras de serviços, sem vínculo empregatício. A autoridade fiscal não pode interferir nessa análise.

Exames médicos admissional e demissional como medidas preventivas

Consultor Jurídico - 22/03/2024

A lei manda o empregador fazer exames médicos por ocasião da admissão e na cessação do contrato de trabalho. Esses exames têm o objetivo de avaliar as condições de saúde do trabalhador antes e depois do período contratual, os quais são importantes e essenciais para assegurar às empresas o estado de saúde física e mental dos seus empregados, no início e na finalização do contrato de trabalho.

É permitido fazer teste de bafômetro no ambiente de trabalho?

Consultor Juridico - 21/03/2024

Atualmente, uma das grandes preocupações existentes nas empresas, em razão sobretudo da efetiva concretização das boas práticas empresariais (ESG), é o respeito às normas de saúde e segurança no meio ambiente laboral. Nesse sentido, uma temática que tem causado polêmica se refere à possibilidade ou não da realização do teste de bafômetro na empresa.

O Tema 542 do STF e a estabilidade gestante no trabalho temporário

Consultor Jurídico - 12/03/2024

Este artigo tem por finalidade analisar o Tema 542 julgado pelo STF e sua aplicabilidade ao contrato de trabalho temporário regido pela Lei nº 6.019/74. Após o julgamento do Tema 542 pelo pleno do STF, alguns juristas passaram a discutir a validade da tese 2 firmada pelo TST no Incidente de Assunção de Competência nº 5639-31.2013.5.12.0051.

Desconto de horas negativas equilibra direitos e deveres trabalhistas

Consultor Jurídico - 20/03/2024

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) reconheceu, em julgamento recente, a validade das cláusulas previstas em acordos coletivos que autorizam o desconto de horas não trabalhadas do "banco de horas" dos funcionários. A decisão se deu em uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho da 9ª Região (TST-RR 116-23.2015.5.09.0513), que questionava a legalidade desses dispositivos.

Mãe de autistas tem direito a redução de jornada sem perda de salário, diz TST

Consultor Jurídico - 19/03/2024

Ao aplicar por analogia a regra do Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais (Lei 8.112/1990) que possibilita a redução de jornada de quem tem filho com deficiência sem a diminuição dos vencimentos, a 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou que seja mantido o salário de uma empregada de um banco

cuja jornada foi reduzida de oito para quatro horas por ser mãe de gêmeas autistas.

Empresa é responsável por lesões nos braços de trabalhadora, decide TST

Consultor Jurídico - 18/03/2024

Quem dispõe da força de trabalho alheia para desenvolver uma atividade econômica tem o dever de garantir a integridade física de quem presta o serviço. Por isso, o empregador responde pelos danos sofridos pelo empregado no desempenho da sua atividade, presumindo-se que o evento danoso foi resultado das condições oferecidas para o trabalho. Com esse entendimento, a 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a responsabilidade de uma empresa pelas diversas lesões sofridas por uma profissional de limpeza devido ao trabalho.

TRT-1 nega pedido de empregado para anular acordo feito por sindicato

Migalhas - 24/03/2024

A SDI-I do TRT da 1ª região negou ação rescisória de um trabalhador que pretendia anular acordo realizado no Cejusc entre o sindicato e a empresa em que trabalhava. O colegiado observou que o empregado participou da assembleia e tinha ciência do direito de recusa à adesão ao acordo individual que formalizou.

Bancária terá jornada reduzida para cuidar de filhas gêmeas autistas

Migalhas - 23/03/2024

A 7ª turma do TST determinou que seja mantido o salário de uma empregada de banco, cuja jornada foi reduzida de oito para quatro horas por ser mãe de gêmeas autistas. O colegiado aplicou, por analogia, regra do Regime Jurídico Único dos servidores públicos Federais (lei 8.112/90) que possibilita redução de jornada de quem tenha filho com deficiência sem a diminuição dos vencimentos.

TST não vê dano moral em dispensa de trabalhador com depressão

Migalhas - 18/03/2024

Por não vislumbrar critérios necessários para caracterizar dano moral, o desembar-

gador do TST, Eduardo Pugliesi, afastou a condenação de empregadora que supostamente teria demitido um trabalhador por estar com depressão. Para o magistrado, não houve nexo causal que configurasse a demissão como discriminatória e, portanto, passível a indenização.

MTE publica portaria que prevê o direito de recusa na NR 1 e NR 31

Revista Proteção - 22/03/2024

Nove meses depois de ser incluído na agenda regulatória na reunião da CTPP (Comissão Tripartite Paritária Permanente), o direito de recusa no âmbito da NR 1 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais) e da NR 31 (Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura) entrou em vigor. A medida foi publicada nesta sexta-feira, 22, pela Portaria MTE Nº 342 e deixa claro, no item 1.4.3 da NR 1, que é assegurado ao trabalhador o direito de interromper qualquer trabalho quando verificar risco grave e iminente para a sua vida ou saúde, cuja eliminação ou neutralização imediata não seja possível, informando imediatamente ao seu superior hierárquico.

Lucros anuais com trabalho forçado chegam a 236 bilhões de dólares, segundo relatório da OIT

Organização Internacional do Trabalho - 19/03/2024

O trabalho forçado na economia privada gera 236 bilhões de dólares em lucros ilegais por ano, segundo um novo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O montante total dos lucros ilegais provenientes do trabalho forçado aumentou em 64 bilhões de dólares (37%) desde 2014, um crescimento dramático que foi alimentado, por um lado pelo crescimento do número de pessoas forçadas a trabalhar e, por outro, pelos lucros mais elevados gerados pela exploração das vítimas.

Reunião da Comissão de Política de Relações Trabalhistas será realizada dia 11

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 25/03/2024

A Reunião Geral, que será realizada pela Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), tem uma nova data: 11 de abril. O encontro será de forma on-line, via TEAMS, das 9h às 13h. O objetivo

da reunião é debater os instrumentos coletivos do trabalho, como a contribuição assistencial patronal e cláusulas sociais. A abertura da reunião será realizada pelo vice-presidente da CPRT, Ricardo Michelon. Em seguida, o Consultor Técnico Clovis Queiroz abordará o tema a ser debatido.

CBIC debate geração de emprego e FGTS com ministro do Trabalho

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 20/03/2024

Informalidade e sustentabilidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foram temas de audiência da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) com o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, nesta quarta-feira (20), em Brasília. Renato Correia, presidente da CBIC, destacou a importância do FGTS como patrimônio do trabalhador e fonte de financiamento de habitação e saneamento. “Levamos uma pauta extensa ao ministro para fazermos o setor avançar e reforçamos a essência do FGTS enquanto patrimônio e segurança do trabalhador, além de sua missão de fundo de investimento. O ministro está convergente com as pautas e reconhece a importância do Fundo para o país”, contou.

Atos Normativos

PORTARIA CONJUNTA MPS/INSS Nº 9, DE 19 DE MARÇO DE 2024 (DOU de 20/03/2024 Seção I Pág. 52) - Institui o Comitê Técnico Contínuo de Acompanhamento da Perícia Conectada, órgão colegiado eminentemente médico de natureza consultiva e deliberativa;

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.669, DE 19 DE MARÇO DE 2024 (DOU de 20/03/2024 Seção I Pág. 53) - Disciplina o prazo de regularização do requerimento de Análise Documental do Benefício por Incapacidade Temporária - Atestmed pelo segurado;

PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.197, DE 19 DE MARÇO DE 2024 (DOU de 20/03/2024 Seção I Pág. 53) - Disciplina a recepção e a formalização do requerimento de Análise Documental do Benefício por Incapacidade Temporária - Atestmed nas Agências da Previdência Social – APS;

LEI Nº 14.824, DE 20 DE MARÇO DE 2024 (DOU de 21/03/2024 Seção I Pág. 01) - Dispõe sobre a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 38, DE 19 DE MARÇO DE 2024 (DOU de 22/03/2024 Seção I Pág. 39) - DMED. Entidades Sindicais e Associações de Classe. Estipulante. Obrigatoriedade;

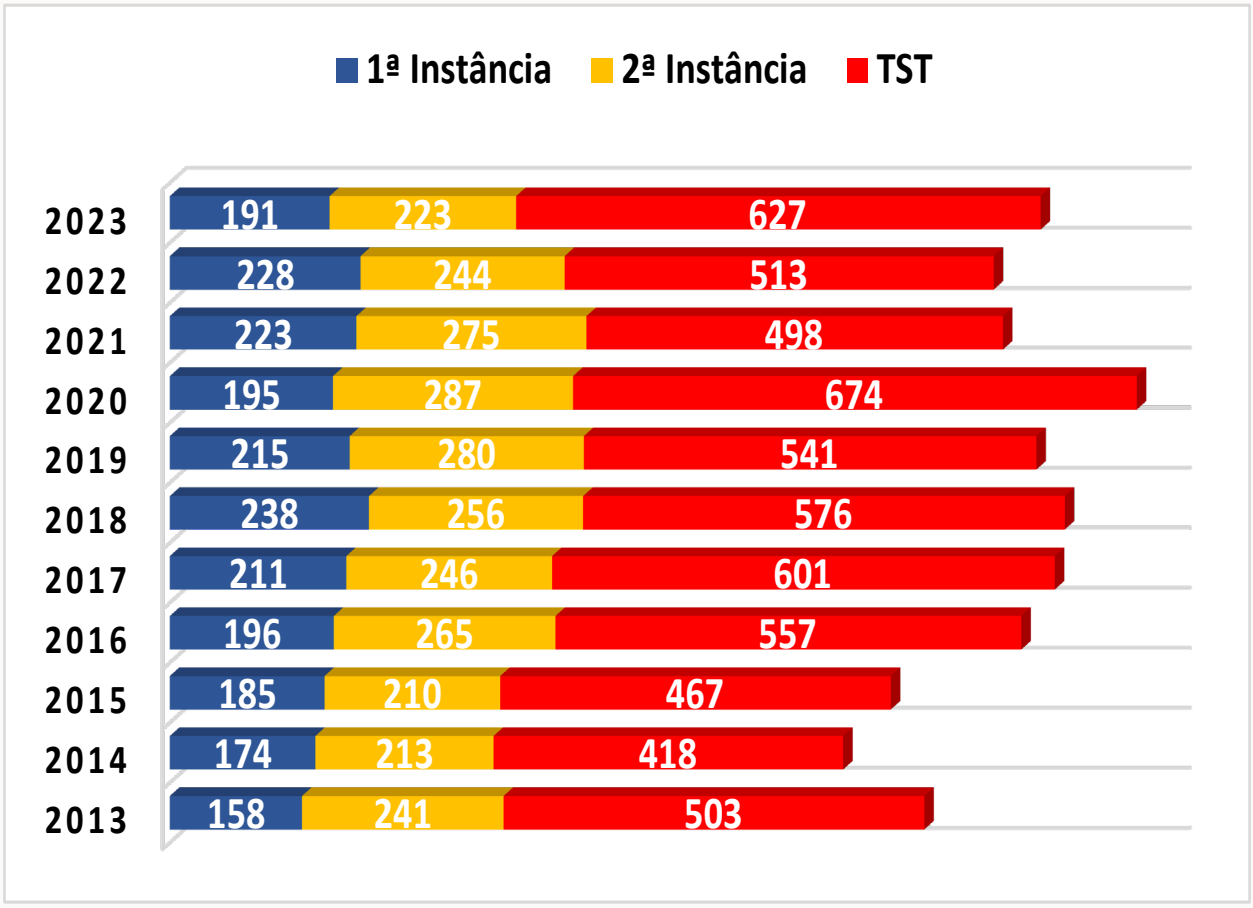
PORTARIA MTE Nº 342, DE 21 DE MARÇO DE 2024 (DOU de 22/03/2024 Seção I Pág. 102) - Altera a redação dos itens relativos ao exercício do direito de recusa na NR-01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais e na NR-31 - Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura;

PORTARIA MTE Nº 344, DE 21 DE MARÇO DE 2024 (DOU de 22/03/2024 Seção I Pág. 102) - Altera o Anexo I - Termos e definições – da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01) - Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais;

AVISO DE TOMADA PÚBLICA DE SUBSÍDIOS (DOU de 22/03/2024 Seção III Pág. 110) - Instaura Tomada Pública de Subsídios para instruir a Análise de Impacto Regulatório (AIR) da revisão da Norma Regulamentadora nº 21 - Trabalhos a Céu Aberto. A Tomada Pública de Subsídios ficará disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/participamaisbrasil.

Dados estatísticos do TST

Série histórica de tempo médio de tramitação (dias) de processos na Justiça do Trabalho até o ano de 2023 (jan-dez):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelon

Vice- Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advocacia

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula